



FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA
COLEGIADO DOS CURSOS DE JORNALISMO E PUBLICIDADE E PROPAGANDA
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO

IZINALDO DO SACRAMENTO BARRETO
WEVILLY MONTEIRO OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA O JORNALISTA PROFISSIONAL: Um estudo de caso das
matérias publicadas nos portais UOL e G1**

FEIRA DE SANTANA, BA
JUNHO, 2021

IZINALDO DO SACRAMENTO BARRETO
WEVILLY MONTEIRO OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA O JORNALISTA PROFISSIONAL: Um estudo de caso das
matérias publicadas nos portais UOL e G1**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como pré-requisito obrigatório para obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo, na Faculdade
Anísio Teixeira.

Orientadoras: Prof. Andréa Souza e Profa. Ma.
Daniela Costa Ribeiro.

FEIRA DE SANTANA, BA
JUNHO, 2021

VIOÊNCIA CONTRA O JORNALISTA PROFISSIONAL: Um estudo de caso das matérias publicadas nos portais UOL e G1

Izinaldo do Sacramento BARRETO¹, Wevilly Monteiro OLIVEIRA², Andréa SOUZA³, Daniela Costa RIBEIRO⁴

RESUMO

A pesquisa apresenta as práticas jornalísticas e o aumento das agressões aos profissionais de imprensa no período de março a agosto de 2020 tendo como filtro o relatório publicado pela Federação Nacional dos jornalistas. O objeto de estudo foram os portais de notícia Uol e G1. Constata-se o aumento das agressões neste período promovendo a explosão de violência contra a imprensa tendo como principal agressor o presidente Jair Messias Bolsonaro, realizando 175 ataques registrados neste período.

Palavras-chave: Violência; Imprensa; Agressão; Jornalistas; Liberdade.

ABSTRACT

The research presents journalistic practices and the increase in aggression against press professionals in the period from March to August 2020, using the report published by the National Federation of Journalists as a filter. The object of study were the news portals Uol and G1. There is an increase in aggression in this period, promoting an explosion of violence against the press, with President Jair Messias Bolsonaro as the main aggressor, carrying out 175 attacks recorded in this period.

Keywords: Violence; Press; Aggression; Journalists; Freedom.

1 Introdução

O ano de 2020 foi considerado o mais violento para os jornalistas profissionais no Brasil, nos últimos anos. Essa foi a constatação a que chegou a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a partir do seu relatório, publicado em janeiro de 2021. Nesse levantamento, a FENAJ registrou 428 casos de violência contra os profissionais e esse número representa um aumento de 105,77% em relação ao ano de 2019. Grande parte desses episódios de violência foi registrado nos meses do início da pandemia no novo coronavírus no país – e, na maioria dos casos, as agressões tinham como intuito descredibilizar a imprensa.

Dessa maneira, o presente artigo tem como tema a violência contra o jornalista: os desafios do profissional perante a cobertura jornalística do novo coronavírus – um recorte nos portais UOL e G1, nos meses de março a agosto de 2020 devido à sua relevância em apresentar como a violência é aplicada à imprensa na cobertura da pandemia do COVID-19.

¹ Estudante de Jornalismo. E-mail: Izinaldo01@gmail.com

² Estudante de Jornalismo. E-mail: wevilly12101997@gmail.com

³ Orientador. Professora Andréa Souza. E-mail: andrea.silva@fat.edu.br

⁴ Orientador. Professora Mestra Daniela Ribeiro. E-mail: daniela.costa@fat.edu.br

Mediante a isto, para analisar às matérias dos portais Uol e G1, foi desenvolvido um estudo de caso. Yin (2001, p. 28) considera -se também o questionamento como uma estratégia de pesquisa que possui uma vantagem específica quando: “faz-se uma questão tipo “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”. Sendo assim, o problema que irá nortear a pesquisa tem como base a pergunta sobre o que motivou a instauração da violência contra os profissionais de imprensa, durante a cobertura jornalística da pandemia da Covid-19 no período de março a agosto de 2020, a partir de análise das matérias publicadas nos portais Uol e G1?

Para analisarmos as matérias dos sites citados, o referencial teórico aborda as práticas jornalísticas e os critérios utilizados para a construção da notícia, dentre eles o valor-notícia, noticiabilidade, imparcialidade, objetividade, neutralidade e a importância da fonte para a construção da notícia. Além disso, o artigo argumenta em cima do que juridicamente é pregado pela constituição de 1988, também conhecida como cidadã, quando foi promulgada a nova carta da constituição brasileira em uma assembleia constituinte, a qual fortaleceu a liberdade de imprensa e expressão no Brasil.

Com o questionamento realizado, elenca-se os objetivos geral e específico para nortear a realização da pesquisa. Portanto, o objetivo geral proposto é analisar as causas das agressões sofridas pelos profissionais de imprensa através das matérias dos portais G1 e UOL no período de março a agosto de 2020 durante a cobertura da pandemia COVID- 19.

Como objetivos específicos, elencou-se: Analisar matérias publicadas nos portais de notícias G1 e UOL no período de março a agosto de 2020. O segundo objetivo específico se refere a identificar quais condutas tomadas. Na sequência, como terceiro objetivo específico é verificar quais tipos de agressões foram feitas, ainda buscaremos detectar porque o ano de 2020 foi o ano mais violento em comparação aos anos anteriores e para finalizar será importante especificar quais gêneros foram mais afetados.

Dessa forma, justifica-se que de acordo com a FENAJ, os números continuam subindo e no ano de 2019 houve um aumento de 54,07% em relação ao ano de 2018. Já em 2020 os números explodiram e a FENAJ registrou 428 casos, 105% a mais que o ano anterior evidenciando que 40,89% desse total corresponde a 175 ataques realizados pelo presidente Jair Bolsonaro.

A metodologia é o método de pesquisa exploratória e etnográfica. Segundo Gil (1991 apud NASCIMENTO 2016, p.05) as pesquisas exploratórias têm como objetivo contribuir para a realização de uma pesquisa em que é possível aproximar o pesquisador e o problema da pesquisa, o que permite que seja construída hipóteses ou promover o esclarecimento das questões. Os procedimentos para a realização dessa pesquisa é o estudo de caso e pesquisa etnográfica. O estudo de caso de acordo com Lüdke e André (1999 apud NASCIMENTO 2016, p. 05), o estudo de caso recorda mais uma conduta metodológica do que o procedimento, apresentando em sua constituição três fases: uma exploratória, a segunda é a sistematização dos dados e a terceira é a realização da análise e interpretação das informações coletadas. A pesquisa etnográfica permite a realização de estudos de determinados grupos, é qualitativa na qual podem ser utilizados recursos e instrumentos como gravações, vídeos, entrevistas, notas observações in loco enriquecendo dessa maneira a construção da pesquisa e conseqüentemente obter um bom resultado. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejados com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Este trabalho de pesquisa apresentará a importância do fazer jornalístico, detalhando como é realizado o trabalho pelo profissional do jornalismo, seu compromisso com a imparcialidade e objetividade na construção da notícia.

Será feita a identificação dos gêneros jornalísticos bem como o papel realizado pelo jornalista diante da busca pelas informações e transformá-la em notícia propriamente dita.

A respeito da democracia, será abordado os direitos fundamentais da liberdade de expressão que estão expressas na Constituição Federal de 1988, e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do jornalismo no período da ditadura.

A informação como mercadoria trata da apresentação do conteúdo jornalístico através dos meios de comunicação em diferentes plataformas.

A descredibilização da mídia ocorre mediante aos ataques aos veículos de comunicação, jornalistas e impedimento do exercício profissional e outros tipos de violência praticadas contra o jornalismo e seus profissionais.

Será apresentado em tabelas e análises das informações do levantamento das matérias dos portais G1 e UOL a partir das categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos

Jornalistas (FENAJ) e as matérias encontradas em ambos os sites a partir das categorias do relatório.

Para finalizar apresentaremos a análise do que foi verificado ao longo da pesquisa e a relevância do profissional de jornalismo para a sociedade.

No primeiro capítulo será tratado sobre o fazer jornalístico, seu conceito, suas práticas e como sua função é relevante para a sociedade com postura imparcial na construção da informação.

2 O fazer jornalístico

O teórico Tuchmann (1978), diz que a prática jornalística de mostrar a realidade pode ser considerada uma forma de produzir o conhecimento sobre o real. Além disso, o jornalista a partir de relatos colhidos do cotidiano. Esses relatos são baseados em acontecimentos que serão notícia e aqueles que passam despercebido pelo público.

Os jornalistas são capazes de explicar de maneira clara e detalhada até mesmo os casos mais complexos que chamem a atenção da população. Para Bourdieu (1997), o jornalista é um funcionário da humanidade, sua função é manter a sociedade informada. Traquina (2005) por outro lado, define como a vida que é contada em breves passagens pelos jornais diários em editoriais que vão da sociedade, a economia, a ciência, à educação, entre outros. Essas informações são as chamadas notícias.

A notícia é um gênero textual jornalístico e trata-se de um texto informativo sobre um tema atual ou algum acontecimento real, publicada pelos principais meios de comunicação: jornais, revistas, meios televisivos, rádio, web, dentre outros. Para Erbolato (1991), as notícias são a matéria-prima do jornalismo, pois somente depois de conhecidas ou divulgadas é que os assuntos/fatos podem ser comentados, interpretados e pesquisados, servindo também de motivo para gráficos e charges.

Um ponto importante para a construção da notícia é a imparcialidade. O jornalista quando colhe informações para construção de determinado assunto, precisa ouvir ambos os lados. Por exemplo, se em uma comunidade existem pessoas que recebem um benefício e, por algum motivo ele foi suspenso, é preciso ouvir os beneficiários, as autoridades e os órgãos responsáveis.

O autor Guerra (1999), define a imparcialidade como uma preocupação com a veracidade e para resguardar a neutralidade do veículo de comunicação.

(...) vinculado a uma exigência de pluralidade na cobertura jornalística, mas de alguma forma aí também estaria implicada uma preocupação com a veracidade. O jornal, para resguardar sua isenção, sua neutralidade e não tomar partido, apenas apresentaria as versões. Caberia ao leitor decidir qual a verdadeira. (GUERRA, 1999, p. 3)

Quando falamos de imparcialidade, lembramos de objetividade, isenção e neutralidade. Dessa forma, podemos atrelar a objetividade a Teoria do Espelho, que diz que o jornalismo reflete a realidade, contando os fatos da forma mais objetiva e imparcial possível. O jornalista colhe a informação e passa para o público de uma forma mais clara para a compreensão, mostrando apenas o que for realmente necessário. O profissional seria um mediador desinteressado, um observador isento, imparcial, que descreveria objetivamente os fatos. Além disso, o princípio básico seria a separação de fatos e opiniões.

Desse modo, a palavra poderia refletir a realidade, assim como a fotografia que mostra aquilo que ver. O jornalismo usaria métodos científicos para escrever as notícias, evitando a subjetividade.

[...] é a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. Ou seja, as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina. A imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano. (PENA, 2013, p. 125)

Além da imparcialidade, a neutralidade também faz parte da construção da notícia. O jornalista precisa ser neutro, sem se mostrar tendencioso, pois ele estabelece uma relação direta com o público através da matéria. Dessa forma, também se tem a credibilidade em passar tudo com verdade.

A notícia possui uma relação direta com o público que se estabelece na forma como ela é estruturada, indicando uma intenção de ideias, e não algo propriamente revelado como uma verdade simplesmente dada, neutra e imparcial. (SILVA; OLIVEIRA, 2006, p. 05).

Levando em consideração a técnica, o jornalismo tem como questão central decidir o que é notícia e a partir de então organizar metodologicamente um conjunto de práticas para contar sobre os acontecimentos. Diante disto, surge o conceito de noticiabilidade

newsworthness, dessa forma Traquina classifica como “conjunto de critérios e operações que fornecem” aos acontecimentos “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA 2005, p. 63). Para que a noticiabilidade exista é necessário que o acontecimento possua valores-notícia *news values*.

Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta dos acontecimentos em termos de sua importância e interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia. (TRAQUINA, 2005, p.78).

Sousa (2005) aponta que existem meios que aplicam a subjetividade jornalística (Ação Pessoal) e são utilizados como critérios técnicos na seleção dos acontecimentos. Ele também mostra que os valores-notícia são aplicados pelos jornalistas, “conscientemente ou não, no momento de avaliar os assuntos que tem valor como notícia” (SOUSA 2005, p.39). O autor compreende que os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, funcionam de forma conjunta em todo o processo de construção das notícias.

2.1 Classificação dos gêneros jornalísticos

Além do valor-notícia, os gêneros jornalísticos também fazem parte dos textos e são divididos em quatro grandes grupos, dentre eles o informativo, interpretativo, opinativo e entretenimento. Segundo Beltrão (2006), essas classificações são realizadas diariamente e existem para suprir a “necessidade social”. Desse modo, é perceptível que no jornalismo os gêneros representam o reflexo da sociedade, mostrando o que as pessoas querem e precisam saber sobre os acontecimentos.

Costa (2010) traz uma definição para os gêneros jornalísticos como um conjunto de parâmetros selecionados em função de interação e expectativas dos agentes.

Identificamos gênero jornalístico como um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do

processo social de transmissão de informação por meio de uma mídia/suporte (COSTA, 2010, p. 47 apud ESCUDERO, 2013, p. 03).

Segundo o autor, pode-se afirmar que estes gêneros jornalísticos possuem formatos fixos das matérias transmitidas em um meio de comunicação que organiza e ordena o que é divulgado cotidianamente ao leitor. Observando os gêneros hegemônicos (informativo e opinativo).

O gênero informativo é apresentado em sua íntegra sendo representado ou reconhecido através dos seus formatos convencionais que são a entrevista, anota, reportagem e notícia. Já o gênero opinativo, são opinativo e são reconhecidos convencionalmente em cinco formatos como a crônica, a caricatura, a resenha, a coluna e o comentário (ESCUDERO, 2013).

Os complementares são: O interpretativo que tem como a função principal o aprofundamento da notícia e contextualizá-la no tempo e espaço. Diversional é a forma de abordagem onde se utiliza sequência de narração, exposição e descrição de forma menos tradicional e, por fim o utilitário que refere – se a chamadas com o intuito de abordar informações que são consideradas úteis para a sociedade. são sempre repostas para as demandas dos acontecimentos cotidiano, ou seja, sociais (ESCUDERO, 2013).

3 Com a teoria vem a prática

Considerando que o jornalismo se constitui como gênero do discurso global, como define Chalaby (1996), parte-se do princípio de que é através da assimilação deste gênero que se aprende a ser jornalista. Bahia (1990 apud ZIMMER, 2020, p. 6) nos traz outro conceito, que define o fazer jornalístico como apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar o pensamento em ação”. Então o papel do jornalista é apurar, averiguar, criar, reunir e detectar as informações para transformá-las em notícia. Desempenhando esta função voltada para a sociedade, o jornalista também possibilita a troca e a participação da população nas informações e na comunicação. Segundo Bahia (1990), fora da função primordial, [o jornalismo] absorve muitas outras, como, por exemplo, a de promover o bem comum e a de estimular a mais ampla e livre troca de ideias entre as pessoas, quaisquer que sejam suas convicções.

Como o jornalismo tem como papel principal de apurar determinada informação e transmitir da forma mais explicativa, os veículos, conseqüentemente, também possuem essa finalidade. Também é papel fundamental de resguardar a sociedade dos agravos cometidos pelos governantes. É um recurso que o cidadão para utilizar como instrumento essencial na utilização de forma adequada de reivindicação dos seus direitos além de ser porta voz do grupo social na exposição das suas preocupações, anseios, necessidades e indignações (TRAQUINA, 2001, apud PAIVA, 2010, p. 6) além de esclarecer e apresentar a pluralidade da sociedade; fiscalizar o poder público, fortalecendo a democracia.

Acho que a função do jornalista é relatar e organizar o seu relato trazendo uma interpretação dos fatos, mas trazendo também, em contraposição a isso, diferentes visões sobre aquele mesmo fato, de forma a dar instrumentos para os leitores definirem a sua visão – Jornalista Eleonora de Lucena (ABREU; ROCHA 2006, p.195).

A fonte é considerada uma peça-chave para um trabalho jornalístico no quesito de pesquisa e apuração. Lage (2006) afirma que existem vários tipos de fontes, como primárias, secundárias, oficiais e outras. Estas fontes têm o poder de direcionar e conduzir o nicho para chegar ao objetivo final da notícia.

Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais (LAGE, 2006, p.65).

Partindo do ponto em que existem vários tipos de fontes, Lage (2006) também acrescenta um apanhado sobre as que são consideradas por ele como oficiais, acatadas de peso e de interesse coletivo público, capaz de gerar credibilidade ao veículo de comunicação.

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso (LAGE, 2006, p.63)

De acordo com Lage (2006), além das fontes primárias e secundárias também estão testemunhas e empresariais, ofertando documentos que permitem averiguar informações que constam em seus arquivos colaborando com o trabalho jornalístico proporcionando ao

profissional exercer a profissão e levar a notícia com credibilidade a sociedade. A relação entre jornalista e fonte é fundamental e ativa, segundo Neveu (2006, apud ALMEIDA, 2010, p. 33) funciona em apoio mútuo com o interesse de ambas as partes, onde a fonte antecipa informações ou eventos. É necessário que haja aproximação e distanciamento entre as partes para que não haja ameaças ou desordens para ambas as partes.

4 Democracia como liberdade

A democracia é um tema muito debatido e é um regime defendido em diferentes correntes de pensamento. Em governos democráticos o povo dispõe da mesma lei e tem o direito de participação políticas. A liberdade pode ser vista de diferentes formas, entre elas pode-se destacar a liberdade de pensamento, de crença, liberdade política e econômica.

A liberdade tem duas dimensões sendo elas social e individual das quais estão garantidas através dos direitos que protegem a liberdade resguardando o direito de manifestação individual e coletiva. Quanto ao que diz respeito à liberdade de imprensa especializada são assegurados os direitos de apurar, de receber e de compartilhar informações e ideias através dos meios de comunicação disponíveis (MELO, 2015, p. 2).

fica portanto estabelecido que numa tipologia, como a clássica, que distingue as várias constituições acima de tudo com base no critério do número dos governantes, existe uma forma de governo – chame-se ela democracia ou algo diverso – que se caracteriza, frente às demais, por ser o governo dos muitos com respeito aos poucos, ou dos mais com respeito aos menos, ou da maioria com respeito à minoria ou a um grupo restrito de pessoas (ou mesmo de um só), e que portanto o conceito de democracia é, na tradição dos antigos que chega ininterruptamente até nós, extremamente simples e constante. (BOBBIO, 2007, p. 138).

Não tem como falar de democracia sem entender o que é liberdade. Aristóteles (1985), fala que a liberdade pode ser entendida como uma possibilidade individual que o destino proporciona o ser humano em escolher o que é melhor para si. Ele também diz que a liberdade e o saber observar e não desperdiçar as várias oportunidades que a vida proporciona. Desse modo, a liberdade de expressão encontra-se registrada e reconhecida no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

A democracia no Brasil tomou forças e se estabeleceu em 1988, quando foi promulgada a nova carta da constituição brasileira em uma assembleia constituinte, na qual se fazia presente diversos grupos que puderam participar de forma democrática. A assembleia foi comandada pelo deputado Ulisses Guimarães (PMDB), que era contra a ditadura e ajudou a pôr fim a tortura e o racismo, garantindo o direito de expressão e a liberdade de imprensa. Falando ainda de liberdade dos direitos, Ferreira (1989) afirma que:

Os direitos fundamentais assegurados nas constituições foram as chamadas liberdades públicas, que limitam o poder dos entes estatais. São elas: a) as liberdades clássicas ou civis; b) a liberdade política ou liberdade – participação; c) as liberdades concretas, bipartindo-se em liberdades econômicas e sociais. (FERREIRA, 1989, p. 60)

A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã possibilitou que os cidadãos possam exigir o cumprimento dos seus direitos, dessa forma confirma-se que no Estado Democrático de Direito não é permitido que haja controle estatal ilimitado (GUERRA, 2014). O processo de redemocratização inicia-se logo após o final de um período de 21 anos da ditadura militar fortalecendo a livre expansão da imprensa. De acordo com Traquina (2005):

Foi alimentada pela crescente conquista de direitos fundamentais, como a liberdade, cerne de lutas políticas seculares que incendiaram revoltas e revoluções, valor central da emergência de um novo conceito de governo – a democracia. (TRAQUINA, 2005, p.40).

Segundo Kurshnir (2004), a luta pelo direito à liberdade no Brasil se deu de uma forma fluida contra a censura, transformando “o poder democrático livre”, porém limitado e regrado pelas nuances legislativas capaz de quebrar o sistema a qualquer momento.

A existência da censura prévia à imprensa era vista pelo regime como algo proibido de ser mencionado. Sendo de conhecimento notório de um público restrito, determinava um pacto mantido em segredo, mas não em total sigilo (KURSHNIR, 2004, p. 42).

No período do regime autoritário, atitudes e pensamentos que não favorecesse aos governantes de maior poder reprimia a sociedade fazendo-se comum a censura e a operação da liberdade de expressão. Em 1961, Jânio Quadros fortaleceu a ditadura, que prevalecia presente desde 1946 e já se fazia presente em teatros, músicas e filmes.

De acordo com Stephanou (2001), a censura era função conduzida pela polícia federal, porém os demais órgãos militares também atuavam nesse controle.

Legalmente, a censura era jurisdição do Departamento de Polícia Federal; na prática, todos os órgãos militares de segurança se achavam no direito de proibir (...) diferentes autoridades, dos mais altos postos ao simples funcionário público, buscavam vetar produções culturais ou artísticas (STEPHANOU 2001, p. 244,293)

Em 1978, foi concebida a revogação do AI-5, um decreto emitido no governo de Arthur da Costa e Silva, durante o período da ditadura. A prescrição reprimia a liberdade de expressão e garantia a censura de opiniões daqueles que discordavam e eram contra o pensamento dos líderes de maior poder. Nesse período vários meios de comunicações sofreram censura e foram afetados, como cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de músicas e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas.

4.1) A informação como mercadoria

Diante da constante transformação presente na sociedade no que se refere ao fazer jornalístico, Medina (2004) transparece o imenso poder que a mídia oferece e que dispõe da conduta dos chefes de reportagens, editores e pauteiros ao escolher as fontes mediante a necessidade de designar e disseminar informação.

Dentro de um processo autoritário (a ditadura da oferta), esta seleção preexiste a uma pesquisa de campo. A predeterminação de quem se deve ouvir na reportagem é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder (econômico ou político ou cultural). Torna-se sumária a seleção de fontes de informação: já estão à disposição do editor, chefe de reportagem, repórter ou pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados habituais. (MEDINA, 2004, p. 35).

A liberdade de imprensa favorece a sociedade no que se diz respeito a informação e aos meios de comunicação em diversos sentidos, políticas e sociais. Melo (2001) diz que poder se expressar livremente, através de vários suportes midiáticos, é um privilégio das elites.

A imprensa possui o direito de informar e, ao mesmo tempo, possui o direito do acesso às informações e comunicações. Antes, o direito à informação só era concebido como um direito individual e, atualmente, é um direito de interesse coletivo pela constituição brasileira de 1988,

a qual visa a redemocratização do país e tem o dever de colaborar com a sociedade dentre os princípios éticos e governamentais.

“À notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público, uma constelação de ideias que dão forma a uma nova visão do campo jornalístico”. (TRAQUINA, 2005, p. 34)

Para Traquina (2005), liberdade de imprensa é importante pois o jornalismo engloba a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade. Uma imprensa séria fornece as informações colhidas e passa para a sociedade de forma simples e o público tira suas conclusões e se “autogoverna”. Entretanto, um conflito de ideologias e interesses individuais, confronta condutas éticas. A liberdade de expressão também permite a não expressão, o sujeito pode escolher entre se expressar ou não, pois não é obrigado a emitir suas opiniões. No entanto, a liberdade de imprensa se encontra em conflito através de condutas de interesses individuais que querem desfrutar do poder qual a mídia possui.

O direito à liberdade de imprensa pode ser limitado por algumas razões de interesse público, como, por exemplo: a) a censura previa a espetáculos, a fim de se proteger a moral da infância da criança e da adolescência; b) proibição de propaganda em favor da guerra e toda apologia do ódio nacional, racial ou religioso que incite a violência ou a ações discriminatórias. (LORENZETI, 1998, p. 508).

Atualmente, os veículos de comunicação vêm se moldando e aderindo às novas características que contribuem para produção e distribuição de matérias do meio político. Diante disto, novas formas de divulgações através de novos formatos de publicidade desenvolveram vários sentidos entre o público e o privado, elevando a credibilidade. Por sua vez, a publicidade age de forma democrática e fornece dois caminhos, o direito a escolher entre opinar ou não.

Desse modo, a publicidade trilha entre a esfera pública e a privada, pois possibilita o direito ao cidadão de escolher, porém ela também satisfaz a vontade do proprietário da instituição. Habermas (1996) diz que:

O desenvolvimento e a consolidação de uma política deliberativa dependem não de uma cidadania coletivamente capaz de ação, mas da institucionalização dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos, assim como da interação entre deliberações institucionalizadas com opiniões públicas desenvolvidas informalmente (HABERMAS, 1996, p. 298).

O crescimento e a estabilização de uma política que tem autoridade para decidir, não são dependentes de uma coletividade, e sim da criação dos dispositivos e inferências comunicativas, bem como sua integração entre suas resoluções, decretos providencias que são estabelecidas a partir do ponto de vista do público que são desenvolvidas de maneira informal ou cotidianamente,

5 A descredibilização da mídia

Os profissionais de imprensa são de extrema importância para a sociedade, pois eles são os responsáveis por passarem informações das mais variadas formas para a população. O objeto proposto para a pesquisa, é a violência aplicada a imprensa na cobertura da pandemia da Covid-19, entre os períodos de março a agosto de 2020 através das matérias publicadas nos portais G1 e Uol.

Mediante a instauração da pandemia do novo coronavírus, notou-se que no ano de 2020 os números de ataques contra a imprensa explodiram. Diante disto, foi feito um levantamento dos 428 casos de violência entre março a agosto, registrados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) no ano de 2020. Além disso, utilizamos as categorias presentes no relatório, como assassinatos, agressões físicas, agressões verbais/ataques virtuais, ameaças/intimidações, ataques cibernéticos, atentado, censura, cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, descredibilização da imprensa (ataques genéricos a veículos de comunicação e jornalistas), descredibilização da imprensa por outros agressores, detenções/prisões, impedimentos ao exercício profissional, sequestro/cárcere privado, injúrias raciais/racismo e violências contra a organização dos trabalhadores/ entidades sindicais.

Diante das categorias apresentadas, após a averiguação dos portais Uol e G1 constata-se a presença de agressões físicas, descredibilização da imprensa (ataques genéricos a veículos de comunicação e jornalistas), agressões verbais/ataques virtuais e ameaças/intimidações em ambos.

| Categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) | Quantidade de matérias encontradas no Portal Uol de março a agosto de 2020 |
|---|---|
| Agressões físicas | 8 casos |
| Agressões verbais/ataques virtuais | 17 casos |
| Ameaça/intimidações | 6 casos |
| Censuras | 1 caso |
| Cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais | 1 caso |
| Descrédibilização da imprensa (ataques genéricos a veículos de comunicação e jornalistas) | 22 casos |
| Total | 55 matérias encontradas |

Quadro 1. Levantamento das matérias do portal Uol a partir das categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)

Fonte: UOL. 2020

| Categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) | Quantidade de matérias encontradas no portal G1 de março a agosto de 2020 |
|--|--|
| Agressões verbais/ataques virtuais | 3 casos |
| Descrédibilização a imprensa, ataques genéricos a imprensa | 6 casos |
| Agressões físicas | 3 casos |
| Descrédibilização a imprensa por outros agressores | 1 caso |
| Ameaça/intimação | 1 caso |
| Impedimentos ao exercício profissional | 1 caso |
| Total | 15 matérias |

Quadro 2. Levantamento das matérias do portal G1 a partir das categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos Jornalistas.

Fonte: G1. 2020.

| Categorias presentes no relatório da Federação Nacional dos Jornalistas | Matérias encontradas em ambos os sites a partir das categorias |
|---|---|
| Agressões físicas | 2 matérias encontradas |
| Agressões verbais/ataques virtuais | 3 matérias encontradas |
| Ameaças/ intimidações | 1 matéria encontrada |
| Descrédibilização da imprensa (ataques genéricos a veículos de comunicação e jornalistas) | 3 matérias encontradas |
| Total | 9 matérias encontradas |

Quadro 3. Matérias encontradas em ambos os sites a partir das categorias do relatório.

Fonte: UOL/G1. 2020

Foi feito um levantamento individual nos portais mostrado nas tabelas acima, onde encontramos 70 matérias, sendo 55 no portal de notícias Uol e 15 matérias no portal G1, frente

a isso, detectamos 18 matérias semelhantes publicada nos 2 portais 9 no Uol e 9 no G1 . Após essa averiguação, é visível enxergar agressões aos profissionais e destacamos aqui 5 figuras as quais apresentam matérias de ambos portais referente as mesmas agressões.



Figura 1: Matérias dos portais G1 e Uol, publicadas em 24 de março de 2020.

A figura 1, mostra duas matérias sendo uma do portal Uol e outra do G1. Ambas as publicações estão dentro da categoria descredibilização da imprensa (ataques genéricos a veículos de comunicação e jornalistas), relatadas no relatório da FENAJ, publicado neste ano em relação a 2020. No título da matéria do portal G1 e Uol, já começamos a observar a descredibilização da imprensa através do pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro em rede nacional, a qual ele contraria todas as orientações impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e culpa os meios de comunicação por espalharem a “sensação de pavor”. A partir disto, observamos que a imprensa perde a credibilidade por pronunciamentos infelizes do presidente da república que contraria a prática jornalística dos profissionais e a liberdade que a imprensa adquiriu na Constituição de 1988, fortalecendo a democracia. Traquina (2005), aponta que essa liberdade foi concebida através de lutas políticas que motivaram revoltas e revoluções.

O mesmo acontece abaixo, nas figuras 2 e 3, nas quais os portais Uol e G1 mostram que o presidente Jair Bolsonaro participa de uma manifestação antidemocrática a seu favor com seus apoiadores. Na ocasião, na figura 2, os profissionais de imprensa que estavam presentes, cobrindo o ato, foram agredidos fisicamente com chutes, murros, empurrões e rasteiras. Já na figura 3, um cinegrafista é agredido por um comerciante após mostrar que lojas estavam abertas

desobedecendo um decreto municipal, que proibia o funcionamento de serviços não-essenciais. Essas atitudes, também vão de encontro a constituição cidadã e o direito que a imprensa tem de divulgar notícias de interesse público, a partir da verificação do que Traquina (2005) chama de critérios de noticiabilidade, que diz respeito ao que deve ser noticiado. Além disso, a partir do relatório da FENAJ, os dois ataques contra os profissionais se encaixam na categoria de agressões físicas.



Figura 2: Matérias publicadas nos portais Uol e G1, em 03 de maio de 2020.



Figura 3: Matérias publicadas nos portais Uol e G1, em 05 de maio de 2020.

Segundo Pena (2013, p. 125), “A imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano”. Desse modo, podemos perceber semelhanças nas figuras 2 e 3, com a 4, abaixo, onde todas envolvem o presidente Jair Bolsonaro em atos de ataques físicos e verbais contra a imprensa. Ao ser questionado pelos

jornalistas, na figura 4, sobre a troca do superintendente da Polícia Federal, Carlos Henrique Oliveira, no Rio de Janeiro, Bolsonaro respondeu – “Cala a boca, cala boca, não perguntei nada”.



Figura 4: Matérias dos portais Uol e G1, publicadas em 05 de maio de 2020.

Em seguida o presidente afirmou que não houve agressão, porém não especificou se foi em uma determinada manifestação ou em todas. Ações como essas apresentadas acima e praticadas pelo atual presidente, nos remete ao um regime totalitário como era tido na ditadura militar no Brasil, na qual as pessoas não tinham um direito de voz, sendo assim um país antidemocrático. Estes ataques, influenciam seus apoiadores a irem de encontro, as teorias apresentadas em nosso desenvolvimento, no qual mostra o direito à liberdade de expressão, imprensa e a democracia.



Figura 5: Matérias publicadas nos portais Uol e G1, em 23 e 24 de agosto 2020.

Na figura 5, o presidente Jair Bolsonaro faz ameaça de agressão física ao ser questionado sobre o depósito de cheques em conta bancária de sua esposa. A segunda é uma notícia fake onde o jornalista foi acusado de dizer que visitaria a filha do presidente enquanto estivesse na prisão e em resposta também houve ameaças de agressão física. Por essas questões, gerou ataques contra os jornalistas indo de encontro as práticas jornalísticas, como por exemplo a neutralidade e a imparcialidade. A neutralidade exige que o profissional seja neutro mediante as situações, enquanto a imparcialidade pede para que o jornalista escute os dois lados. Dessa maneira, percebemos a falta de apuração por parte dos internautas.

6 Considerações finais

Para realizar esta pesquisa, foram feitas buscas por materiais que reportassem ao tema proposto. Portanto, dentre as 9 matérias que foram encontradas nos portais Uol e G1, exemplificamos aqui 5 delas com a finalidade de mostrar que realmente houve ataques contra a imprensa, nos períodos entre março a agosto de 2020. Desse modo, estas ações vão de encontro a liberdade que os meios de comunicação possuem, de noticiarem os acontecimentos para a população brasileira, mediante aos critérios estabelecidos para o levantamento de informações na verificação em que determinada situação pode ou não ser notícia.

A partir das análises das matérias, também foi possível verificar que a imprensa vem sofrendo sistematicamente a ataques, intimidações e agressões com a finalidade de reprimir a realização do trabalho do jornalista, que através do seu trabalho informa a sociedade sobre os fatos e acontecimentos que ocorrem em todas as suas esferas.

Diante dos dados apresentados no estudo de caso, no presente trabalho, é possível observar que a instauração do aumento dos ataques a imprensa, se deu pela descredibilização do jornalismo através de notícias fakes ou de reações agressivas por parte de quem é entrevistado ou foi citado em matérias jornalísticas. Esta constatação só foi possível mediante a análise das matérias dos portais Uol e G1, nos períodos de março a agosto de 2020.

A finalidade desta abordagem é para mostrar a relevância do trabalho do jornalista para a sociedade assumindo riscos sob sua integridade física, psicológica e moral. Além disso, mostrar a importância do profissional de imprensa e das práticas jornalísticas, no que se diz respeito a liberdade de imprensa em um país democrático, onde não só os veículos de comunicação mas a população tem direito de voz.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (org.). **Elas Ocuparam as Redações**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Acesso em: 2 de maio às 16:00. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Elas_ocuparam_as_reda%C3%A7%C3%B5es/Vzi9pLYk5v0C?hl=pt-BR&gbpv=1

ALMEIDA, Barbara Cristina Arato Mendes de **Casamento de Conveniência: a relação entre fontes e jornalistas**. Comunicação & Informação. V. 13, n. 12: p. 30-40- jul/dez. 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2016/07/pdf_c88966978b_0000019919.pdf

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. Disponível em: <http://www.kopr.com.br/pdf/Amostra-Etica-Nicomacos-EditoraMadamu2020.pdf>

Artigo 19º: **Todo Ser Humano Tem Direito a Liberdade de Expressão e Opinião**. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, Governo federal, 04/12/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/artigo-19deg-todo-ser-humano-tem-direito-a-liberdade-de-expressao-e-opinioao-1> Acesso em: 04/05/2021 às 08:40h.

ASSIS, Francisco de. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos**. Alceu, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.16-33, jul./dez. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

Bolsonaro Critica imprensa e fechamento de escolas e diz que crise passará. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 de março. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm>

Bolsonaro manda jornalistas calarem a boca em frente ao Palácio da Alvorada. Congresso em foco, São Paulo, 5 de mai. de 2020. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-manda-jornalistas-calarem-a-boca-em-frente-ao-palacio-da-alvorada/> acesso em: 2 maio às 16:30.

Bolsonaro nega agressões em atos pró-governo e grita 'cala a boca' para repórteres. Política. G1, 05/05/2020, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/05/bolsonaro-diz-que-nao-houve-agressao-nenhuma-zero-em-manifestacao-e-grita-cala-a-boca-para-reporteres.ghtml>. Às 17h.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5658177/mod_resource/content/0/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20Sobre%20a%20Televisa%CC%83o.pdf

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHALABY, Jean. Journalism as an Anglo-American Invention – **A comparison of the Development** of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, v. 11 (3), 1996, p. 303-326.

Cinegrafista da TV Clube é agredido ao registrar fiscalização em comércio de Teresina. piaui. g1, 05/05/2020, disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/05/05/cinegrafista-da-tv-clube-e-agredido-ao-registrar-fiscalizacao-em-comercio-de-teresina.ghtml>. Acessado às 18h.

Empresário chuta câmera e bate em repórter de afiliada da Globo com tripé; veja vídeo. Notícias da tv, São Paulo, 20 de mai. de 2020. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/empresario-chuta-camera-e-bate-em-reporter-de-afiliada-da-globo-com-tripe-video-37017> acesso em: 2 de maio às 16:25.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

ESCUADERO, Camila **A Construção dos Gêneros Jornalísticos a Partir das Sequências e Marcas Textuais**. 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0244-1.pdf>

FERREIRA, Pinto. **Comentários a constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989. p.60

Globo repudia campanha de intimidação a William Bonner. rio de janeiro, g1, 26/05/2020. Acessado em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/26/globo-repudia-campanha-de-intimidacao-a-william-bonner.ghtml>. As 16:10h.

GUERRA, Sonia **Liberdades Públicas no Brasil**. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229104572.pdf>

HABERMAS, J. (1996), Between facts and norms, Cambridge, MIT Press. (Faktizität und Geltung. Beitrag zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats, 1992) Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-fragmentacao-do-espaco-publico.html>

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo, Boitempo/ FAPESP, 2004.

LORENZETI, Ricardo Luis. **Fundamento dos direitos privado**. São Paulo: revista dos tribunais, 1998, p. 508.

Manifestantes pró-Bolsonaro agredem e ameaçam jornalistas em ato no Planalto; veja vídeo. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/manifestantes-pro-bolsonaro-agredem-e-ameacam-jornalistas-em-ato-no-planalto-veja-video.shtml> acesso em: 2 de maio às 16hs:20m.

MELO, Celso. Artigo 13. Liberdade de Pensamento e Expressão. STF. RCL 21504, AgR, RI. Min. Celso de Melo, 2º T, j. 17-11-2015. DJE de 11 – 12 – 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/Artigo13.pdf>

MEDINA, Jorge L. B. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**, Revista Simposim, Pernambuco, ano 5, n. 1, 2001.

Ministério dos direitos humanos lança cartilha sobre proteção dos direitos dos jornalistas. Política, g1, 03/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/03/ministerio-dos-direitos-humanos-lanca-cartilha-sobre-protecao-de-direitos-dos-jornalistas.ghtml>. Acessado as 16:40h.

PAIVA, Mariana Macedo Lahud **Funções da Imprensa e o Jornalismo de Mercado: A essência Jornalística**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1654/2/20718260.pdf>

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Erotilde Honório; OLIVEIRA, Juliano Cordeiro da Costa Oliveira. **A construção da verdade dos fatos no jornal: O paradigma da produção da notícia em destaque**. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, XXIX, 2006, UnB. Anais... BRASÍLIA: 2006. p. 01-15 disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0947-1.pdf>

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Letras Contemporâneas, 2005.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis, Insular. Vol.1 ,2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producion de la noticia – Estudio sobre la construcción de la realidade.** México: Free Press, 1978.

VENTURA, Zuenir. 1968 **O Ano Que Não Terminou. A aventura de uma geração.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 17a ed., 1988.

William Bonner sofre campanha de intimidação com uso de dados de sua família, diz Globo. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/william-bonner-sofre-campanha-de-intimidacao-com-uso-de-dados-de-sua-familia-diz-globo.shtml> Acesso em: 2 de maio às 16:10.

ZIMMER, Ianker **O Jornalismo no Brasil (parte VI): O fazer Jornalístico: a militância e a mordaca.** 2020. Instituto Liberal. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-jornalismo-no-brasil-parte-vi-o-fazer-jornalístico-a-militância-e-mordaca/>

PEDROSO <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8a20d7c7b4ca634d>